



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

Praça João de Góis, 167 - CEP 59375-000 Fone: (84) 473 2210

CNPJ 08.106.510/0001-50

prefeituracruzeta@yahoo.com.br

LEI Nº 821, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003

**Dispõe sobre a Lei de Diretrizes
Orçamentárias do Município para o exercício
financeiro de 2004.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA

Lei:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - O Orçamento do Município de Cruzeta, relativo ao exercício financeiro de 2004, será elaborado e executado segundo as diretrizes estabelecidas nos termos da presente lei, em cumprimento ao disposto no artigo 82, § 6º da Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO I

DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Constituem os gastos municipais aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para o cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 3º - A despesa total com pessoal e encargos sociais não poderá exceder o limite estabelecido pela Lei Complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 4º - No Orçamento Anual do Município constará obrigatoriamente:

I - recursos destinados ao pagamento de serviços de dívida municipal, conforme o caso;

II - recursos destinados ao cumprimento de decisões do Poder Judiciário, na forma prevista no art. 100, da Constituição Federal.

SEÇÃO II

DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art. 5º - Constituem as receitas do Município, aquelas provenientes:

I - dos tributos de as competências;

II - de transferências por força de determinação constitucional ou de convênios firmados entre entidades governamentais e privadas;

III - de empréstimos e financiamentos com prazos superior a doze meses, autorizados por lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;

IV - da participação assegurada no § 1º, do art. 20 da Constituição Federal;

V - da atividade econômica que por conveniência possa a vir executar.

Art. 6º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

SEÇÃO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 7º - O Município executará como prioridades as seguintes ações estabelecidas para cada setor:

I - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:

a) modernização administrativa;

b) aquisição de um veículo;

c) reforma da estrutura administrativa, conforme seja necessária;

d) aquisição de equipamentos e material permanente;

e) proporcionar meios, na medida do possível, visando o treinamento de recursos humanos.

II - FINANÇAS

a) aperfeiçoamento da administração tributária, consoante o disposto no art. 67 da Lei Orgânica Municipal;

b) revisão e atualização das alíquotas fixadas para cada espécie tributária.

III - EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

a) construção da sede da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

b) conclusão da construção de duas salas de aula;

- c) aquisição de equipamentos e material permanente;
- d) apoio à cultura local, ao lazer e as práticas desportivas formais e não formais (artigo 111 da Lei Orgânica Municipal).

IV - SAÚDE E SANEAMENTO

- a) construção de redes de esgotos sanitários;
- b) ampliação da rede de abastecimento d'água da cidade;
- c) construção de uma lagoa de estabilização para captação dos esgotos sanitários;
- d) implantação de uma usina de compostagem de lixo;
- e) ações básicas de saúde e saneamentos;
- f) priorizar a utilização de aterro sanitário.

V - PROMOÇÃO SOCIAL:

- a) integração e promoção social do menor carente e do idoso, na forma prevista no art. 123 da Lei Orgânica Municipal;
- b) manutenção de programas de assistência social.

VI - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

- a) ações de assistências à agropecuária (inseminação artificial, corte de terra, etc.);
- b) aquisição de um trator equipado com lâmina, carroção e screpo;
- c) aquisição de uma máquina forrageira e outros equipamentos.

VII - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA:

- a) melhoria do serviço de coleta de lixo domiciliar, mediante a aquisição de um caminhão basculante com auxílio do Governo Federal a ser pleiteado.

VIII – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:

- a) pavimentação de ruas à paralelepípedos;
- b) ampliação do cemitério público;
- c) construção da sede do Grupo de Idosos.

IX – HABITAÇÃO E URBANISMO

a) construção de casas populares em terreno do patrimônio municipal, com o apoio dos Governos Federal e Estadual.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 8º - O Orçamento Municipal compreenderá as receitas e as despesas do Governo Municipal e dos fundos especiais, de modo a evidenciar as políticas e o programa de administração, obedecidas, na sua elaboração, os princípios da anualidade, unidade, equilíbrio e exclusividade.

Art. 9º - Poderá ser elaborado para cada fundo especial municipal, um plano de aplicação, no qual será indicado as fontes de recursos financeiros determinadas na lei de criação, classificadas nas categorias econômicas receitas correntes e receitas de capital.

Art. 10º - Na fixação dos gastos de capital para criação, expansão ou aperfeiçoamento de serviços já criados e ampliados a serem atribuídos aos órgãos municipais, com exclusão das amortizações de débitos, são respeitadas as prioridades e metas constantes desta Lei, bem como a manutenção e funcionamento dos serviços implantados.

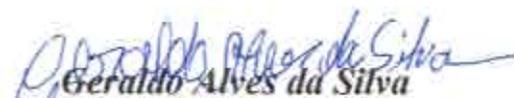
CAPÍTULO III

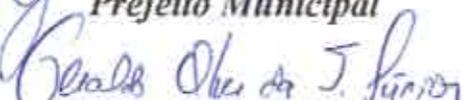
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º - Competirá a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, a coordenação da elaboração de propostas do Orçamento de que trata esta Lei.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cruzeta(RN), em 29 de setembro de 2003.


Geraldo Alves da Silva
Prefeito Municipal


Geraldo Alves da Silva Júnior
Secretário Municipal de Administração


Vitória da Costa Carlos Araújo
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento